
INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA KANTIANA NA GÊNESE DA GEOGRAFIA FÍSICA

Prof. Dr. Antônio Carlos Vitte

Pesquisador CNPQ

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicamp

Cx. Postal 6152, CEP 13087-970, Campinas (SP) - Brasil

Tel.: (19) 3521-4570 - vitte@uol.com.br

RESUMO

O artigo discute o papel da filosofia kantiana na gênese da geografia física moderna. A influência de Kant diz respeito ao fato de que o mesmo lecionou por 40 anos geografia física na universidade e, advindo de sérios questionamentos sobre o papel da natureza na *Crítica da Razão Pura*, Kant ao desenvolver a *Crítica do Juízo*, refez o seu conceito de natureza, rompendo com o mecanicismo newtoniano. Nesse momento, a noção de teleologia da natureza e de estética serão fundamentais ao filósofo, donde derivará a sua noção de espaço, natureza e morfologia, articuladas pelo conceito de conformidade-a-fins, que evoluirá para o princípio da conexão em Humboldt, fundamental para o surgimento de paisagem geográfica.

Palavras-Chave: História e Epistemologia da Geografia, Geografia Física, Filosofia Kantiana, Natureza, Estética, Humboldt.

ABSTRACT

The article argues the kantian philosophy paper in the genesis of the modern physical geography. Kant influence tells respect to the fact that the same taught for 40 years physical geography at university, besides the unfoldings on the nature paper in the *Criticism of the Pure Reason*. Kant when developing the *Judgement Criticism*, it remade your nature concept, breaking with newtonian mecaniscism. At this moment, the teleology of the nature notion and of aesthetics will be fundamental to the philosopher, whence will derive its notion of space, nature and morphology, articulated by the conformity concept for ends, that will evolve for the connection principle in Humboldt, fundamental for the concept appearance of geographical landscape.

Words key: Geography history and Epistemology, Physical Geography, Kantian Philosophy, Nature, Aesthetics, Humboldt.

Introdução

Em seu clássico trabalho sobre o *excepcionalismo* na geografia, Schafer (1953) apontou a influência de Immanuel Kant (1764-1804) para o desenvolvimento metodológico da Ciência Geográfica, foi desastrosa, com repercussões negativas para a sua inserção no contexto das demais ciências sociais.

Embora Hartshorne (1955) tenha advogado a favor de Kant e defendido a sua importância para o desenvolvimento metodológico e analítico da Geografia, parece que o filósofo foi relegado ao esquecimento ou, quando no máximo, explorado de maneira tangencial nos cursos introdutórios de Geografia e na disciplina de História do Pensamento Geográfico.

Dos 268 ciclos de cursos ministrados pelo filósofo de Königsberg de 1755 a 1796, 54 foram dedicados a lógica e a metafísica, 49 à Geografia Física, 46 a Ética, 28 a Antropologia, 24 Física teórica, 20 de Matemática, 16 de Direito, 12 Enciclopédias de Ciências Filosóficas, 11 de Pedagogia, 4 Mecânica, 2 Mineralogia, 1 Teologia (KUEHN, 2001, p. 83).

Frise-se que Kant foi o primeiro filósofo a introduzir a disciplina de Geografia na Universidade, antes mesmo que a primeira cátedra de Geografia fosse criada em 1820 por Carl Ritter em Berlim (KUEHN, 2001, p.84).

Por esta pequena explanação biográfica percebe-se que a Geografia era uma preocupação constante para Kant, sendo o seu curso de Geografia Física ministrado concomitante ao curso de Lógica e Metafísica.

A partir disto, algumas questões iniciais se colocam, quais sejam: por que Kant interessou-se pela Geografia Física? Qual a relação entre a sua filosofia e a Geografia Física? Pode a Geografia ter interferido e auxiliado Kant na constituição de seu sistema filosófico?

As reflexões de Kant sobre o espaço e o tempo, na *Crítica da Razão Pura* estão inseridas no capítulo da *Estética Transcendental* levando-nos a questionar por que isto aconteceu? Sempre houve

esse tipo de compreensão sobre o espaço e o tempo? Senão, como era concebido e por que estas categorias passam a fazer parte da *Estética Transcendental*? Em que momento o espaço passa a ser geográfico? Quais as relações entre a Estética, o Espaço e a Geografia Física? Qual o papel da Geografia Física no sistema filosófico de Kant?

Estas questões nos colocam frente ao problema de procurar desvendar o processo de constituição da Ciência Geográfica na modernidade e principalmente a possibilidade de encará-la não apenas como o produto dos Estados Nacionais e de disputas Geopolíticas (CLAVAL, 2007). Seria esta de fato a única e real possibilidade de compreendermos a formação e a estruturação científica da Geografia Moderna?

São várias questões e obviamente nem todas serão respondidas neste texto, pela própria limitação do mesmo, mas estas são questões que nos guiam no processo de construção de nossas pesquisas sobre a história da Ciência Geográfica.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é apontar a influência da filosofia kantiana na gênese da geografia moderna, mais particularmente na Geografia Física, como mais uma possibilidade de se entender a Ciência Geográfica e sua relação com a modernidade.

A premissa deste trabalho é que a Geografia Física completou e fechou o *sistema cosmológico* kantiano, ao mesmo tempo em que forneceu elementos empíricos para o repensar filosófico e estético sobre a Natureza e sua independência em relação ao sujeito, tema este desenvolvido na obra *Crítica da Faculdade do Juízo*, de 1791, que exerceu forte influência em Goethe (SCHIEREN, 1998) e em Alexander von Humboldt (1769-1859).

A questão do espaço e as críticas de Herder

As discussões sobre a Estética surgiram no escrito de 1768 intitulado *Observações sobre o Belo e o Sublime* (KANT, 1993), a partir de uma forte influência da filosofia inglesa e de seus estetas, particularmente Shaftesbruy (PIMENTA, 2007) e Burke (1993). Mas na *Crítica da Razão Pura*, em 1781, (KANT, 1989) a Estética estará relacionada a sensibilidade e a possibilidade de se construir o conhecimento, fato que será radicalmente oposto na *Crítica da Faculdade do Juízo* (KANT, 1995), de 1791, em que a Estética será associada a crítica do gosto.

Na *Crítica da Razão Pura*, a Estética Transcendental é a ciência de todos os princípios *a priori* da sensibilidade, ou seja, é a ciência que permite a ordenação do mundo segundo determinadas relações do fenômeno, a saber: a sensação. Já na *Crítica da Faculdade do Juízo* (KANT, 1995), a estética e particularmente a *faculdade estética de julgar* permite a vinculação, a passagem do conceito de natureza sob a legislação do entendimento ao domínio do conceito da liberdade sob a legislação da razão.

O pano de fundo para esta discussão acarretou a chamada *revolução copernicana* (LEBRUN, 1993) e, por conseguinte, a estruturação da modernidade, na qual foi fundamental os conceitos de espaço e natureza. É justamente a questão do Espaço e da Natureza que irá fundamentar a revolução copernicana de Kant com a *Crítica da Razão Pura* (1989). É justamente a partir desta questão que o esquematismo transcendental irá, de um lado, revolucionar a filosofia ocidental e, de outro, colocar como problema a questão da Natureza e de sua abordagem empírica.

Assim, em qualquer debate sobre a estética e os juízos estéticos é preciso estar consciente destes dois conceitos que inclusive foram os responsáveis pelo repensar do próprio Kant sobre a sua *Crítica da Razão*.

Lembre-se que a Natureza aparece como um problema para Kant após a publicação da *Crítica da Razão Pura* em 1781, onde a Natureza foi concebida como um mero ordenamento empírico de fenômenos e, o Espaço, como um *a priori*, portanto, intuitivo e sem relação com o empírico. Nada tinha existência independente do sujeito e o amalgama era dado pelo mecanicismo newtoniano.

No entanto, as questões da Natureza e do Espaço não eram desconhecidas de Kant, um leibniziano de formação, que, em 1756, sob o impacto do terremoto de Lisboa, começou a lecionar Geografia Física ainda sob influência da Física e da Monadologia de Leibniz (Kuehn, 2001). Provavelmente, ao realizar

a *revolução copernicana* e o seu anseio pela universalidade da razão, Kant, ao inserir a Natureza na parte relativa à *Dedução Transcendental das Categorias*, retirou da mesma qualquer possibilidade de ser compreendida como um fenômeno independente da razão, ainda que representada por esta mesma razão, mas mediada pelo juízo.

Nesse contexto de profundas transformações filosóficas, econômicas e sociais, marcadas pela Revolução Francesa em 1789, ocorreram também grandes transformações na explicação da Natureza, como, por exemplo, o *Sistema da Natureza* de Buffon, as reflexões de James Hutton sobre a Geologia e de Lavoisier sobre a Química e principalmente, surgimento da noção de organismo na Biologia. Essas transformações marcaram fortemente as reflexões kantianas, cujo exemplo é a *Crítica da Faculdade do Juízo* de 1791. Nesse caldo cultural deve ser inserida a concepção de Kant sobre a Geografia Física e as transformações na noção de Espaço, Natureza e Estética, que influenciará as análises da *Naturphilosophie* e particularmente, de Goethe sobre a Ciência da Morfologia, base para a estruturação da Geomorfologia, da concepção geográfica de paisagem e geoesfera, como categorias de organização natural da superfície da Terra, que foram desenvolvidas e operacionalizadas por Alexander von Humboldt. em suas obras: *Geografia das Plantas*, de 1803, os *Quadros da Natureza* de 1808 (HUMBOLDT, 1952) e o *Kosmos*, publicados em cinco volumes de 1845 a 1862, (HUMBOLDT, 1848-1862).

Essas transformações associadas às informações e descrições fornecidas pelos viajantes e naturalistas sobre os novos continentes e suas “maravilhas”, no que tange aos quadros da natureza, obrigam Kant, assim como os filósofos da *Naturphilosophie*, a voltarem os olhos para o passado, o que será feito por meio de uma releitura de Leibniz, Espinosa e Aristóteles (VITTE, 2006).

Foi o momento em que a filosofia newtoniana de Voltaire era colocada em xeque e exigiu o desenvolvimento de uma nova forma de olhar e ver o mundo, pois o novo quadro empírico e a abertura das fronteiras colocaram como imperativo o desenvolvimento de novos padrões explicativos e de como situar o homem ocidental perante o mundo e a natureza.

Naquele momento, a postura do esclarecimento no processo de construção da modernidade exigiu um diálogo com o passado que havia sido radicalmente deixado de lado a partir da influência newtoniana. Mas seria um diálogo não para se pensar de maneira dogmática a volta ao presente ou reclamar os tempos felizes de outrora, mas sim, para, racionalmente, se apropriar de categorias e conceitos agora re-trabalhadas com *nova roupagem* para, com isso, desenvolver uma nova postura filosófica, estética e metodológica, no que se refere à Ciência, a Natureza e ao Mundo. Era uma situação paradoxal, que foi mantida até meados do século XIX, coincidindo com a publicação do último volume do *Cosmos* de Alexander von Humboldt.

Foi assim que a Geografia Física teve um papel primordial na sustentação da filosofia kantiana e nas discussões filosóficas e estéticas que foram desenvolvidas por Schelling, Schiller, Goethe, Schopenhauer e depois canalizadas nas reflexões de Humboldt. Mas, a partir das críticas, com o impacto das revoluções nas ciências naturais, também na política com a revolução francesa e na estética principalmente com os trabalhos de Shafstebury e Burke, alimentadas pelas descrições das paisagens e dos lugares realizadas pelos naturalistas, o *velho Kant* é obrigado a se revolucionar, e escreve a *Crítica da Faculdade do Juízo*, cujo objetivo é a conciliação entre a Natureza e a Liberdade com impacto na *Naturphilosophie* e na Geografia Moderna.

Essa revolução em seu sistema filosófico e em suas concepções estéticas surgiria a partir de suas reflexões sobre a Geografia Física que eram realizadas nos cursos ministrados no verão. Nesses cursos, a observação e a descrição dos naturalistas colocavam em xeque o primado da universalidade da razão, obrigando o filósofo a rever a posição da Natureza em seu sistema, uma vez que a situação da mesma na *Dedução das Categorias Transcendentais* passava a ser insustentável. Nesse quadro, Kant dará maior visibilidade aos Juízos, que na *Crítica da Razão Pura* estavam subordinados à Razão, enquanto que na *Crítica da Faculdade do Juízo* estarão relacionados ao entendimento e ganharão independência relativa e o seu objetivo será mediar a relação entre o Empírico, a Imaginação e a Razão na produção do conhecimento (GUYER, 1997; 2006).

Esta revisão nasce a partir de um problema geográfico colocado perante à sua filosofia. A questão da particularidade e da diferenciação da natureza na superfície terrestre, pois se ele advogava na *Crítica da Razão Pura* o primado da universalidade da razão perante a experiência, agora tornava-se insustentável o esquematismo da razão perante a multiplicidade e a heterogeneidade de fenômenos sobre a superfície da Terra (VITTE, 2005).

É nesse momento que o Juízo ganhará novo *status* na filosofia kantiana, assim como a imaginação. Um livre jogo entre ambos - Juízo e Imaginação - permitiu a constituição da representação e da arte, cujos papéis serão fundamentais na constituição da natureza, assim como na reconstrução da noção de Natureza e Espaço.

A partir da influência da estética kantiana a Geografia nascerá como sendo a representante de uma nova *poiesis* no mundo, nascida a partir da relação dialética entre a natureza e a arte, cujos representantes são Goethe e Alexander von Humboldt.

Essa postura newtoniana de Kant perante o Espaço e a Natureza colocou-o frente a fortes críticas, que inicialmente foram dirigidas por Herder (1964), para quem a *Crítica da Razão Pura* retirava a substância da metafísica da natureza e ao mesmo tempo desprezava uma metafísica da história, seja da natureza e da civilização. A partir do esquematismo da razão e de sua transcendentalidade, a experiência era subjugada, ao mesmo tempo em que em que era retirada qualquer possibilidade de se desenvolver um conhecimento sobre a evolução histórica e universal sobre a civilização. Ainda, segundo Herder (1964) Kant, dando preferência ao tempo e não ao espaço, concebia a história como sendo uma série de acontecimentos em uma dada sucessão em um dado espaço, não permitindo, com esta postura, compreender as conexões causais que poderiam estar associadas as diferenciações no grau de evolução histórica das nações, que, segundo Herder (1964) seriam dadas por peculiaridades em um complexo devir entre uma trama natural e uma trama histórica de causas e efeitos.

Ainda segundo Herder (1964) faltava a Kant uma filosofia da história, pois no seu pensamento, conforme foi evidenciado na *Crítica da Razão Pura*, a sua concepção de transcendentalidade representava, na realidade, o fim da história e de qualquer possibilidade da civilização no mundo, uma vez que a história era a possibilidade construída entre a Natureza e a Cultura em um determinado Espaço e não meramente um aspecto apenas da ética.

O erro de Kant, segundo Herder (1964) foi o de não perceber a história como uma manifestação múltipla e infinita da vida e da humanidade. Kant errava, segundo Herder (1964) em não considerar o Espaço como um elemento importante no processo de produção do conhecimento, pois o espaço permite, no seu entender, demonstrar a diferenciação, a particularidade e a multiplicidade de manifestações da vida e da relação entre a Natureza e a Cultura.

Para Herder, considerado por Kant o seu melhor aluno de metafísica e de Geografia Física, a *ditadura* da razão na *Crítica da Razão Pura* não permitira a Kant perceber que o Espaço, a Natureza e a Cultura evoluíam na forma de um conjunto vivo, havendo uma sistematicidade orgânica e viva, uma totalidade ditada pela evolução da Natureza (HERDER, 1964).

A partir das diversas críticas dirigidas a função da natureza na *Crítica da Razão Pura*, associadas às reflexões desenvolvidas no seu curso de Geografia Física e do contato com os relatos dos naturalistas e viajantes, afluía em Kant o problema da incapacidade da razão, como montada na *Crítica da Razão Pura*, pois os cânones newtonianos não davam conta de explicar a Natureza com suas diferenciações e multiplicidades e, de construir de fato, uma arquitetônica da razão que representasse a totalidade.

A Crítica do Juízo: organismo, natureza e estética

A partir das críticas de Herder (1964), as noções desenvolvidas na *Crítica da Razão Pura* e frente a todas os avanços que estavam acontecendo no final do século XVIII, o *velho* Kant provoca mais uma revolução no mundo ocidental com a *Crítica da Faculdade d Juízo* de 1791, também chamada de *Terceira Crítica*, onde a Natureza e o Espaço ganham objetividade e independência em relação à Razão, ao mesmo tempo em que ela produz a sistematicidade de ambos, a Natureza e o Espaço.

A *Crítica da Faculdade do Julgar* não apenas complementa a *Crítica da Razão Pura*, mas também avança no sentido de tratar de temas multiplamente conectados com a totalidade da Razão, pois propõe uma vinculação entre o mundo natural e a liberdade ou, mais propriamente, entre o mundo sensível e o moral. A *Terceira Crítica* procura uma mediação entre Natureza e Cultura, cabendo ao Juízo e mais propriamente a *faculdade de julgar reflexiva* harmonizar esta relação segundo uma concepção de sistematicidade e totalidade, que exercerão influência no Idealismo Alemão e na formação da Geografia Moderna.

A Terceira Crítica nasceu marcada pelo forte impacto da Biologia e da noção de organismo, o que exercerá importante papel ontológico e epistemológico no sistema kantiano, tanto que a *Terceira Crítica* também é chamada de *Filosofia do Organismo* (LEBRUN, 1993).

Para Marques Filho (1987), a concepção de organismo rompe com o mecanicismo newtoniano, levando a estruturação da natureza como um sistema, como uma totalidade. Para Lebrun (1993) o organismo como totalidade pressupõe a independência da Natureza e do Espaço em relação à razão e mais do que isto, fundamenta-se na tese da *epigenia*, termo criado por William Harvey em 1651 (Crampe-Casnabet, 1994) que advoga contra o pré-formacionismo de base mecanicista, e postula que o ser forma-se a partir de uma matéria indiferenciada. O ser vivo, segundo a tese epigênica, não se forma a partir de planos pré-estabelecidos, mas a partir da natureza.

Mas, o fato é que se a Biologia é o paradigma para Kant, a Geografia Física, a diversidade da natureza na superfície da Terra é a geratriz de toda a crise do sistema filosófico kantiano (VITTE, 2006). Tanto, que o principal objetivo da *Crítica da Faculdade do Juízo* é construir uma regra que permita introduzir a unidade na Natureza, uma ordem na diversidade empírica que o entendimento não foi capaz de fornecer na *Crítica da Razão Pura*.

É uma problematização geográfica, a de explicar a Natureza e sua diferenciação espacial, que leva Kant na *Crítica da Faculdade do Juízo* a desenvolver a noção de crítica da faculdade de julgar estética e teleológica, cujo eixo é o juízo reflexionante (MARQUES FILHO, 1987; VITTE, 2006). O juízo reflexionante deve ser entendido como uma pressuposição transcendental que media a subsunção do particular ao universal, mas também o poder de encontrar no particular o universal (TERRA, 1995).

Neste momento, é notória a interlocução entre a Filosofia e a Geografia em Kant, pois a partir do impacto das descrições dos naturalistas sobre os diversos ambientes, particularmente no mundo tropical (KANT, 1999), será desenvolvido a noção de juízo reflexionante e principalmente a sua empiricização por meio da forma, que já havia sido tratada na *Crítica da Razão Prática*, ainda que sob a perspectiva das formas da intuição, espaço e tempo, que se relacionam diretamente com a sensibilidade e que conduzem ao conhecimento (KANT, 1989). Já na *Crítica da Faculdade do Julgar* (KANT, 1995), esta concepção irá significar a matéria do objeto e da arte o que demonstra uma finalidade da natureza.

Diferentemente da *Crítica da Razão Pura*, a forma, a partir de então, a forma será o produto de uma totalidade, o que Kant diz ser o produto da ligação de todas as coisas enquanto causa. Assim, as partes não existem sem o todo, sendo a forma a demonstração da organização e da força formadora do todo, a epigênese.

Kant admite na *Terceira Crítica* que certas produções naturais parecem manifestar na natureza uma atividade artística, como se a natureza perseguisse a realização de certos fins que produzissem no ser humano um prazer estético. É o caso das florestas tropicais, das cadeias montanhosas, dos rios meandrantos em planícies circundados por montanhas recobertas por florestas, enquanto que o seu fundo de vale está multicolorido devido à primavera. Situações naturais, como aquelas, já haviam chamado a atenção de Kant em suas *Observações sobre o Belo e o Sublime* de 1768, (KANT, 1993) mas aqui na *Terceira Crítica*, a questão é a finalidade da natureza e da bela Arte.

Kant faz da natureza o artista que realiza uma obra espontânea, imediata e fruto de interconexões causais entre as partes e o todo, sendo na natureza onde a forma expressa a perfeição desta relação (KANT, 1995).

Mas para Kant a natureza não é capaz de produzir a penas o belo, aquilo que agrada e harmoniza o entendimento. Ela produz também o sublime. Kant compreende o sublime como sendo aquilo que é

absolutamente grande, onde não há harmonia entre entendimento e sentimento. Mesmo a razão produzindo uma representação da natureza como totalidade, a ordem de grandeza do sublime não pode ser abarcada pela intuição. Por isto, a imaginação fica impotente em representar o evento da natureza. Em outras palavras, o sublime destrói toda e qualquer possibilidade de realização da razão e da liberdade humana.

Mais uma vez Kant utilizará exemplos da Geografia Física para desenvolver a sua concepção de sublime. Assim, o sublime corresponde a eventos terríficos da natureza, como os terremotos, os maremotos, as explosões vulcânicas, as grandes inundações. Estes eventos da natureza fazem o homem sentir medo, ou seja, demonstram a sua fraqueza, mas ao mesmo tempo permitem a ele refletir sobre o seu poder perante a natureza no sentido de dominá-la, para com isto produzir uma nova harmonia e um novo prazer estético.

A *faculdade estética*, como o próprio Kant diz “é pensar o particular enquanto contido no universal” (KANT, 1995, p. 179). A faculdade de julgar reflexionante subsume o particular ao universal, a uma regra, a um princípio ou a uma lei. Coloca-se, aqui um problema, que é o da *subjetividade*. Afinal, como mediante uma espontaneidade subjetiva, pode-se submeter algo que é dado a partir da sensibilidade a uma determinação que é válida universal e independentemente da experiência?

Isto será possível somente com o uso da noção de *conformidade a fins* ou seja, um universal que não surge da experiência que é descoberta por espontaneidade, mas que permite a intermediação entre o particular, os fenômenos que são constatados empiricamente e o universal, que é a suposição da totalidade.

A *conformidade a fins* permite, então, a constituição nos juízos estéticos de uma unidade formal e estética da natureza e do organismo.

Na *primeira introdução* (TERRA, 1995), Kant desenvolveu a *conformidade a fins* formal da natureza como um princípio transcendental da faculdade de julgar. Com este princípio Kant constituiu uma versão racional crítica ao pensamento da *conformidade a fins* universal da natureza. A natureza passou a ser considerada em sua totalidade e não apenas como uma vida orgânica, como, aliás, pensaram Aristóteles e Tomás de Aquino (CAYGILL, 2000; GUYER, 2006). Mas a diferença de Kant para esses últimos é que este filósofo não concebe a natureza como um fim. Para Kant, a *conformidade a fins* é apenas operacional, pois nos permite procurar a regularidade da natureza, quando deparamos com a sua multiplicidade de eventos e que se apresentam comunicantes nas leis empíricas.

O fundamento da *conformidade a fins* é subjetivo e transcendental, ou seja, é a consideração de que a natureza é estruturada e não caótica. Tais expectativas não são dadas pela experiência, mas dependem de pressupostos subjetivos *a priori* de toda a experiência da natureza e é independente da causalidade ou de representações objetivas da *conformidade a fins*.

A partir destas reflexões, Kant reconstrói as bases *metafísicas da causalidade* e legitima a busca das regularidades e das interconexões sistemáticas da natureza, segundo um esforço de uma *dedução transcendental* que precisou também ser refeita.

Com esta nova *metafísica da causalidade*, desenvolvida a partir da *conformidade a fins* e da nova dedução transcendental, Kant conceberá a natureza como sendo objetiva, assim como o seu conhecimento, rompendo com a sua concepção de natureza da *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1989) e re-fundando as teses dos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*, que deram as bases para as ciências naturais e a Geografia Moderna.

Os impactos da estética kantiana na geografia física.

De uma maneira geral, pode-se dizer que as reflexões de Kant contidas na *Crítica da Faculdade do Juízo*, marcam o início de uma relação muito especial entre o empirismo baconiano, as noções de substância e estética. Esta conexão é o produto de uma nova *metafísica da causalidade* e de uma nova *dedução transcendental*, que redundou na formação da noção de *conformidade a fins* sobre a natureza (STAFFORD, 1984).

Com os trabalhos de Goethe e Alexander von Humboldt esta *conformidade a fins* da natureza tornar-se-á empírica e instrumentalizada. A partir de então, a Geografia Física que havia propiciado o

fechamento do sistema cosmológico kantiano e a produção de uma nova estética no mundo ocidental (TROTTEIN, 2000) será inserida em um quadro metafísico da *Naturphilosophie* que redefinirá a substância

Neste processo de redefinição, a própria noção de substância confunde-se com a Geografia Física, de tal maneira que se pode asseverar que a Geografia Física, como o produto de uma reflexão metafísica da natureza, passa a ser encarada pelos filósofos e naturalistas da *Naturphilosophie*, dentre eles Goethe e Humboldt, como a realização da substância, empiricamente determinada, instrumentalizada e passível de ser cartografada. Este retrabalhamento metafísico é o produto de um forte sinergia entre as reflexões kantianas e a retomada das leituras de Aristóteles, Platão, Tomás de Aquino, Giordano Bruno, Leibniz e Espinosa (DE MAURO; FORMIGIARI, 2007).

O produto imediato deste fervilhamento será a transformação da noção de matéria. Se na física newtoniana e na *Crítica da Razão Pura* era compreendida apenas como um móvel no espaço, agora será compreendida a partir de um referencial escolástico/aristotélico, no qual predomina a concepção de um *principium individuationis* em que a matéria contém o espaço e o tempo enquanto entidade, matéria-prima. Assim, compreende-se matéria [Materie] como sendo aquela a é a matéria-prima. Ela é metafísica e, portanto, é universal e contém a causalidade espaço-temporal. Já a matéria signata [Stoff], é a realização empírica da [Materie] na natureza, por meio das formas que são múltiplas, individuais e heterogêneas, apresentando, portanto, plasticidade (SCHOPENHAUER, 2005). Ainda para Schopenhauer (2005), que foi contemporâneo de Goethe e de Alexander von Humboldt e quem, possivelmente tenha melhor expressado esta requalificação metafísica da substância, a forma [Form] é *substantialis* e representa a dialética entre a multiplicidade e a unidade, estando relacionada à Vontade (BARBOZA, 2001; JANAWAY, 1999; SCHOPENHAUER, 2001; 2005).

Foi nesse sentido que Schopenhauer (1985) contemporâneo de Humboldt e seu colega na turma de medicina na Universidade de Gottingem (MAGEE, 1997), admirava as obras *Quadros da Natureza* e *Kosmos*, pois para ele, Schopenhauer, tais obras de Humboldt eram a demonstração empírica da Vontade e a realização da metafísica da substância.

Nesta reconstrução do mundo, Goethe com a sua ciência da morfologia, propunha uma ciência fundamentada na dinâmica e não na segmentação do fenômeno (GOETHE, 1963), na qual a unidade e a variedade formariam um todo orgânico e sempre em uma relação de reciprocidade. Goethe entendia que o estudo da natureza deveria voltar-se sempre para apreender os processos formadores do mundo como sistema metafísico, enquanto que os objetos empíricos e as morfologias eram dadas por princípios plasmadores e dinâmicos, havendo, assim, sempre uma metamorfose na natureza.

Em suma, para Goethe a natureza é um conjunto de forças plasmadoras que geram morfologias, que, por sua vez, só podem ser compreendidas a partir do entendimento dos princípios formadores da própria natureza. Isto exigia uma nova metodologia científica e uma posição estética para a análise da natureza que, segundo Goethe (1963), somente poderia ser conhecida por meio dos processos plasmadores, que se realizam nas morfologias e em seus conteúdos.

Tem-se assim, um extraordinário desenvolvimento da estética kantiana, agora mediada por outras reflexões filosóficas já apontadas. Goethe (1993, 1999) procura desenvolver a noção de *conformidade a fins* da *Terceira Crítica* considerando que a natureza é um organismo composto de estruturas energéticas que se relacionam e que é necessário uma metodologia do olhar para captar as relações na Natureza. Goethe assim, caminha para uma filosofia do olhar, que influenciado por Shaftesbury (BARBOZA, 2003) passará a dar grande importância para a contemplação do objeto na qual sempre se deve procurar entender a plasticidade, que, segundo Goethe é dada por uma potência que se realiza na interconexão dos elementos da Natureza (GOETHE, 1963; 1993).

O mundo da natureza como totalidade é dinâmico e sua geratriz é a polaridade (BARBOZA, 2003). Em termos metodológicos é necessário observar a natureza e a paisagem, sendo que o estudo das formas individuais é importante para se compreender o princípio geral (GOETHE, 1963). A totalidade deixa de ser cada dia mais uma idéia transcendental como a desenvolvida na *Crítica da Faculdade do*

Juízo (KANT, 1995) e passa a ganhar corporeidade com o estudo das morfologias individualizadas e a busca de sua constituição a partir da análise da totalidade.

Segundo (SCHIEREN, 1998) esta é uma das maiores influências de Espinosa em Goethe, enquanto que o *princípio da comparação* que irá influenciá-lo assim como a Alexander von Humboldt seria uma influência direta da filosofia de Leibniz. Outra influência importante de Espinosa em Goethe foi a noção de que as formas evoluem historicamente e que deveriam também ser procurada pela contemplação do objeto (SCHIEREN, 1998).

A metodologia científica de Goethe, e que tanto influenciará Alexander von Humboldt, fundamenta-se no olhar. É o momento da descoberta da observação e do desenho do objeto em seu contexto de relação permitindo com isto a comparação, que são importantes para a análise processual da natureza. É claramente uma metodologia em que arte, ciência e natureza se unem. Mais propriamente, a Estética e a Natureza formam uma totalidade que permite vivenciar o belo e o sublime, agora não mais entendido como um espanto (SCHOPENHAUER, 2001). É o momento em que o olhar procura captar o sublime que é dado pela transformação plástica da *Materie em Stoff*, cuja totalidade-plasticidade Goethe entende como sendo a paisagem.

O desenho é uma busca de captar o singular dentro do processo sistêmico de desenvolvimento da forma e da paisagem, em um processo mediado pelo olhar. Nesse contexto que devemos considerar a doutrina das cores (GOETHE, 1993), pois o olho permite uma dupla apreensão: objetiva e estética da natureza e do mundo. O desenho das formas e de suas relações é para Goethe também uma fonte de pesquisa sobre a natureza, um ato epistêmico, em que a natureza metafísica é transformada em objetiva, tangível pelo microscópio e pelo desenho.

Pelo apresentado, vê-se que Goethe foi aquele que possivelmente melhor soube processar a estética kantiana no sentido de torná-la, a partir de sua concepção de arte e ciência, um elemento importante não apenas para o deleite do observador de uma paisagem, mas para a própria investigação daquela paisagem.

É em Alexander von Humboldt onde melhor se espelha o cruzamento do empirismo com a estética kantiana, agora retrabalhada por Goethe. Se a *conformidade a fins* de Kant estava sendo interpretada por Goethe como uma plasticidade das formas da natureza geradas a partir da sua relação com o todo; Humboldt irá instrumentalizar esta noção com a concepção de conexões entre os elementos da natureza, cujo produto será uma paisagem com plasticidade e produto de uma finalidade da natureza. É desta perspectiva que Humboldt irá compor *Os Quadros da Natureza*, de 1808, em que até no título expressa as influências de Kant e de Goethe e que, definitivamente, fundam a paisagem como sendo algo concreto nas pesquisas geográficas.

A escrita humboldtiana está toda ela fundamentada na observação, sendo que para ele era necessário “ver, ouvir e sentir a paisagem” (HUMBOLDT, 1952). Para Humboldt, a pintura de paisagens era tão importante quanto a escrita, tanto que dedicou um capítulo no *Kosmos* à pintura das paisagens no estudo da natureza (HUMBOLDT, 1848-1862).

Para Humboldt caberia ao pintor captar o caráter individual da paisagem e das interrelações de seus elementos, sendo importante considerar a luz e o olhar que tinham a função de captar o movimento da natureza, do horizonte, os limites e a organização da paisagem (HUMBOLDT, 1848-1862). A paisagem deveria ser em uma pesquisa considerada como sendo uma posição sensorial, pois, segundo Humboldt, a paisagem também é o som, a cor e a sua organização em momentos episódicos.

Com esta postura, Humboldt empiriciza e instrumentaliza a noção de *conformidade a fins* de Kant e da metafísica da substância que estava sendo construída no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Foi neste momento que ocorreu uma extrema valorização da paisagem por meio de uma forte mediação estética. A estética também operacionaliza a concepção da *Naturphilosophie* (GLOY; BURGER, 1993), onde a natureza ser entendida como uma totalidade viva e organizada. Para Humboldt a Natureza é também uma conexão sem fim das coisas, em que o conhecimento estético também permite o conhecimento do mundo.

Nascia, assim, por intermédio de Humboldt, a “natureza-paisagem” produto de um livre jogo entre a imaginação e o entendimento, como preconizado na Terceira Crítica kantiana. Agora a Natureza, estética

e cientificamente operacionalizada, permitia por meio do conceito de paisagem realizar materialmente a metafísica da substância, convertendo o transcendental em objetividade. Assim a natureza se converte em paisagem, que é particular e delimitada, fazendo parte de um todo, mas que na análise, a paisagem torna-se uma totalidade independente. É possível falar que a natureza como totalidade torna-se individualizada em paisagens, que funcionam e apresentam limites. A delimitação das paisagens, segundo Humboldt, deveria obedecer a particularidade de cada paisagem que eram marcadas pela diferença de rochas, solos, vegetação, relevo, culturas e usos da terra. Caberia ao naturalista-geógrafo, a partir de uma posição experimental, científica e estética encontrar a individualidade (eixo transcendental) e delimitar a paisagem.

Para que esta delimitação de fato representasse a individualidade, a estratégia de Humboldt, e que perdura até os dias de hoje nos trabalhos de campo, era observá-la, descrevê-la e representá-la, só que por meio da pintura. O observador deveria estar sempre em um relevo topograficamente alto, de tal maneira que ele tivesse a visão total da paisagem e das relações de seus elementos. Assim, segundo Humboldt, esta primazia do sujeito em relação a paisagem fazia confluir Ciência, Arte e Literatura.

Considerações Finais

Há uma forte influência da estética kantiana no desenvolvimento da Geografia Física Moderna que está marcada pela noção de plasticidade da morfologia em Goethe e a criação da noção de “natureza-paisagem” em Humboldt, que operacionaliza a *conformidade a fins* da Estética da *Crítica da Faculdade do Juízo*, no sentido de viabilizar a regionalização da natureza em paisagens;

A Geografia Física exerceu um importante papel na reflexão filosófica de Kant, na medida em que colocou ao filósofo de Königsberg o problema da heterogeneidade e multiplicidade da natureza, obrigando-o a rever as posições estéticas defendidas na *Crítica da Razão Pura*;

O produto desta relação entre Filosofia e a Geografia em Kant foi o desenvolvimento da *Crítica da Faculdade do Juízo*, em que houve uma reformulação da estética ocidental e da metafísica da causalidade, com o desenvolvimento do juízo reflexionante, que, por meio da forma permitiu o desenvolvimento da *conformidade a fins*, abrindo assim espaço para os trabalhos de Goethe e Humboldt.

A partir da estética kantiana e dos trabalhos de Goethe e Humboldt, uma nova metafísica da substância foi gerada, sendo a noção de paisagem o produto filosófico e geográfico desta reflexão;

A Geografia Física, produto do cruzamento do empirismo baconiano e das formulações estéticas de Kant e Goethe, encontrou em Humboldt o seu herdeiro e o seu operacionalizador.

Referência Bibliográfica

- BARBOZA, Jair. **Infinitude subjetiva e estética**. SP: Editora da Unesp, 2003.
- _____. **A metafísica do belo de Arthur Schopenhauer**. SP: Humanitas/Fapesp, 2001.
- BURKE, Edmund. **Uma Investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo**. Campinas: Papirus, 1993.
- CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. RJ: Jorge Zahar editor, 2000.
- CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa; Edições 70, 2007.
- CRAMPE-CASNABET, Michele. **Kant: uma revolução filosófica**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1994.
- DE MAURO, Tullio e FORMIGARI, Lia.(orgs) **Leibniz, Humboldt and the origins of comparativism**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007.
- GOETHE, J.W. **Schriften zur botnik um wissenschaftslehre**. Munchen: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1963.
- _____. **Teorías de la Naturaleza**. Madrid: Oikos-Tau, 1993.
- _____. **A Doutrina das Cores**. SP: Nova Alexandrina, 1999.
- GLOY, Karen. E BURGER, Paul. **Die naturphilosophie im Deustschen Idealismus**. Hamburg: holzboog, 1993.

- GUYER, Paul. **Kant ant the Claims of Taste**. Cambridge University Press, 1997.
- _____. **Kant**. NY: Routledge, 2006.
- HARTSHORNE, Richard. Exceptionalism in Geography: re-examined. **Ann. Assoc. Amer. Geographers**, XLV, n. 3, 1955, p. 187- 198.
- HERDER, J.G. **Une autre philosophie de l'histoire**. Paris: Aubier, 1964.
- HUMBOLDT, Alexander von. **Cosmos. Essai d'une description physique du monde**. Paris: Bide et J. Baiudry Éditeurs, 1848-1862, 4 volumes.
- _____. **Quadros da Natureza**. Rio de Janeiro: WW Jackson editores INC, 1952.
- JANAWAY, Christopher. **The Cambridge Companion to Schopenhauer**. Cambridge: University Press, 1999.
- KANT, Immanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas: Papirus, 1993.
- _____. **Crítica da Razão Pura**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 ed., 1989
- _____. **Crítica da Faculdade do Juízo**. RJ: Forense Universitária, 2 ed., 1995.
- _____. **Géographie**. Paris: Aubier, 1999.
- KUEHN, Manfred. **Kant: a biography**. Cambridge: University Press, 2001.
- LEBRUN, Gerard. **Kant e o fim da metafísica**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MARQUES FILHO, António. **Organismo e Sistema em Kant**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MAGEE, Bryan. **The philosophy of Schopenhauer**. NY: Oxford Universit Press, 1997.
- PIMENTA, Pedro P. G. **A Linguagem das Formas**. São Paulo: Alameda Editorial, 2007.
- SCHAEFER, Fred. K. Exceptionalism in Geography: a metodological examination. **An. Ass. Am. Geographers**, XLIII, N. 3 , 1953, p.226-249.
- SCHIEREN, Jost. **Anschauende urteilkraft. Methodische und philosophische Grundlagen von Goethes naturwissenschaftlichem Erkennen**. Bonn: Parerga, 1998.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. SP: Editora da Unesp, 2005.
- _____. **Metafísica do Belo**. SP: Editora da Unesp, 2001.
- STAFFORD, Bárbara Maria. **Voyage in to Substance: art, science, nature and illustred travel account, 1760-1840**. Cambridge: MIT Press, 1984.
- TERRA, Ricardo. **Reflexão e Sistema: as duas introduções à Crítica do Juízo**. SP: Iluminuras, 1995.
- TROTTEIN, Serge. **L'esthétique nait-elle au XVIII siècle?** Paris: PUF, 2000.
- VITTE, Antonio C. A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de geografia física. **Geosp**, n. 19, 2006, p.33-53.
- _____. A concepção de geografia física em Immanuel Kant. Belo Horizonte: **10 Seminário de História da Ciência e da Tecnologia**, CD-ROOM, 2005.

Trabalho enviado em outubro de 2008
Trabalho aceito em janeiro de 2009